

O sofrimento dos cortes 23 AGO 1980

Os ministros já sabem que a Operação Desmonte é para valer, caso não surja no horizonte institucional algum fato novo. Seus elementos de análise induzem todos à convicção de que o corte de custeio de cinquenta por cento, determinado pela Seplan para todos os ministérios, é uma realidade administrativa e política ante a qual não mais haverá recurso. Vão ter que se acostumar à visão de um Estado em frangalhos e de um universo em desencanto, com a escazez somando-se à perspectiva de um ano final de mandato presidencial, durante o qual todos brigam e ninguém tem razão.

Os cortes vão impor à cultura majestática de alguns ministérios o porte de uma secretaria de estado pobre. Vão ter que apagar as luzes do prédio às 18h, reprimir os telefonemas, despedir cedo os funcionários do gabinete que ficam até mais tarde em troca de gratificações compensadoras. Vão ter que prescindir de lanches e outras mordomias. O fornecimento de papel será em termos franciscanos. A título de conforto, será preservado apenas o cafezinho.

O ministro de Estado, se quiser permanecer em seu gabinete, terá que conviver com instalações às escuras, elevadores desativados e telefones bloqueados. Não haverá dinheiro para muita coisa além de material de limpeza, gasolina, diárias e pagamento de pessoal, tudo isso em limites estritos.

O corte nas despesas de custeio, com tanto senso draconiano, foi além das negociações mantidas no âmbito dos ministérios,

envolvendo suas secretarias de Orçamento e Finanças, e que chegaram a vinte por cento de supressão como máximo possível. O ministro João Batista de Abreu, todavia, seguiu à risca o ordenamento do combate ao déficit público, tomado à letra o compromisso de desmontar as estruturas do Governo. Optou por enfrentar a ira de gigantes, como o governador Newton Cardoso, e os ministros com clientela política, a mais uma vez postergar as promessas de enfrentamento corajoso dos drenos dos recursos públicos.

Resta saber como o do Planejamento irá adequar os cortes à natureza política do Estado, num ano eleitoral, ao qual se seguirão cinco sucessivos anos eleitorais. Como irá compatibilizar os cortes de custeio à ordem legal, uma vez que os ministérios estão sendo obrigados por decretos-leis a conceder determinados benefícios sociais, como o vale-transporte, programa concebido pela tecnocracia do governo Sarney e agora, depois de um ano de aplicação, rejeitado por essa tecnocracia do governo Sarney, como algo tão dispensável quanto a entrega do leite da Seac. Agora, vai ser necessário revogar todos os decretos-leis do Governo, para que os cortes do ministro Abreu tenham amparo legal, pois os que suprimem, por exemplo, a concessão do vale-transporte, estarão infringindo mais a legislação que o banqueiro Castor, no Rio, supondo que a Constituinte aprovará o jogo no Brasil.